



Joel Neto*

Se tens um jardim e uma biblioteca

Há um lugar na História à espera do nome de Bolieiro

«Priorizar a coesão social é aquilo que um Governo Regional tem a fazer se quiser realmente mudar os Açores e ficar na História. Este anúncio da atribuição de metade das verbas do próximo Quadro Comunitário a esse esforço é o mais importante por parte de um líder regional em pelo menos duas décadas de governação»

1. O Governo de José Manuel Bolieiro viveu nas últimas semanas alguns dos melhores momentos da sua existência. Desde logo, os resultados regionais das Legislativas são-lhe favoráveis. A coligação perdeu regionalmente, mas teve maior percentagem de votos do que o conjunto dos seus três partidos a nível nacional (enquanto o PS teve menor); viu os dois canhões à solta que a (des)apoiam no Parlamento Regional saírem com pior resultado nas ilhas do que no resto do país; e provou a Rui Rio que a união devia ter sido proposta em todo o território nacional, cenárioem que, com a mesma distribuição de votos, António Costa não teria chegado à maioria absoluta.

De resto, não faz sentido temer que a derrota, em geral, seja um mau sinal para o futuro, porque os eleitores açorianos sabem distinguir as eleições umas das outras. No fins-de-semana de Autárquicas, várias freguesias – desde logo, a minha, uma das freguesias com mais problemas sociais da Terceira – chegam a dar 70% a um partido para a Junta e 60% a outro para a Câmara. Confundir o voto nas Legislativas com o das Regionais é impossível para os nossos 40% de votantes. O facto de os não-votantes serem 60% é que exige preocupação.

Portanto, esse foi um dos bons momentos. Outro foi o do sentido de Estado com que Artur Lima anunciou a redução do número de beneficiários do RSI: explicando que houve mais fiscalização, atribuindo mesmo assim o essencial da melhoria ao investimento no emprego e nos programas de formação, partilhando o mérito com o trabalho herdado dos tempos de Vasco Cordeiro e aliviando os anátemas sobre os beneficiários, ao pedir o fim dos «divisionismos ignorantes». E outro ainda foi o do pacto de regime na educação defendido por Sofia Ribeiro: a educação é responsável pelos piores dos nossos deploráveis índices de desenvolvimento humano, desde logo porque, com esta educação, as pessoas não podem aspirar a uma vida melhor – nem sequer sabem que há uma vida melhor.

Mas o melhor momento foi a intervenção do próprio Bolieiro, antecipada pelo líder parlamentar Bruto da Costa, em defesa de um combate à pobreza e de uma aposta na convergência social. Parecem palavras redondas, e para já são de facto apenas palavras. Mas é por elas que se começa, como no velho «No princípio era o Verbo» de S. João. Priorizar a coesão social é, tão simplesmente, aquilo que um Governo Regional tem a fazer se quiser realmente mudar os Açores e ficar na História. Daí que este anúncio da atribuição de metade das verbas do próximo Quadro Comunitário a esse esforço seja o mais importante por parte de um líder regional em pelo menos duas décadas de governação.

Registámos em 2020 a maior diminuição da taxa de risco de pobreza a nível nacional, mas a verdade é que continuamos na liderança. Basta ir aos números do INE e do PNUD: o risco de pobreza dos Açores é maior do que os da Albânia, da Arménia, do Bangladeche, do Botsuana ou do Brasil (e nem cheguei ao fim da letra B). É terceiro-mundista. E não falo só de pobreza económica: falo de pobreza em todas as acepções da palavra.

Há dez anos que escrevo sobre isso. Regularmente ou em permanência, os Açores lideram, a nível nacional, nas violências contra as pessoas (incesto, abuso sexual, violência doméstica, gravidez na adolescência), nas deficiências na saúde (obesidade infantil, mortalidade infantil, diabetes, alcoolismo, suicídio jovem, baixa esperança média de vida), na fragilidade da educação (analfabetismo, insucesso escolar, abandono escolar), na impotência da economia (desemprego, exclusão social, desigualdade na distribuição dos rendimentos, dependência do RSI, subsidiopendência em geral, défice de ascensor social, taxa de pobreza, risco de pobreza, pobreza persistente) e até nas assimetrias políticas (taxa de abstenção, défice de participação cívica das mulheres).

Enquanto não formos capazes de encarar este problema de frente, estamos a caminho de nada. Não há futuro para quem nasça num bairro social, não há futuro para quem nasça pobre e, no fundo, não há futuro para ninguém. Bolieiro é o primeiro a fazer do que importa a prioridade. Entretanto, o PS – isto é, «Partido Socialista» –, vem lamentar que falem 80 milhões de euros para as empresas. Se este não fosse um texto de jornal, a minha reacção teria apenas três letras: «LOL». Como é, tem na mesma: «LOL».

2. Alguns apontamentos sobre os resultados das Legislativas da semana passada:

A. As sondagens voltaram a falhar. Estão a condicionar estratégias eleitorais, prioridades mediáticas, ponderações sobre alianças de poder – e, no fim, falham. A sociedade mudou e os métodos científicos de previsão dos comportamentos têm de ser actualizados.

B. A extrema-direita cresceu, mas foi uma vitória pírrica. Tornou-se irrelevante no Parlamento em abstracto e, se Costa gerir bem a legislatura, tornar-se-á irrelevante também em concreto.

C. Ao Chega, aliás, se deve a maioria absoluta do PS. Além do alarme das sondagens, o que mais mobilizou os eleitores foi o medo de que a débil veemência de Rui Rio quanto à impossibilidade de algum tipo de acordo com André Ventura pudesse significar, no fim, a entrada da extrema-direita no arco da governação nacional também. Nesse sentido, os Açores representaram um papel essencial: bem antes das Regionais de 2020, Rio negou qualquer possibilidade de entendimento – mas, depois, foi o que se viu.

D. Agora, Costa vai ter de governar mesmo em diálogo, como prometeu. A maioria absoluta chega a ser uma aberração aritmética: no seu conjunto (e mesmo considerando o PS um partido de esquerda), a esquerda perdeu dois pontos, enquanto a direita ganhou oito. O país está mais à direita, o eleitorado está mais conservador e, se Costa não for capaz de governar em diálogo, será o Chega a aproveitar-se da conjuntura.

E. Esse desafio transforma a legislatura em curso na mais importante da História recente da nossa democracia – mais importante até do que a do Passos Coelho. Passos Coelho tinha pela frente uma missão em muitos sentidos conjuntural: lidar com uma crise económica. Este é um desafio estrutural: evitar que Portugal se torne um paraíso para a extrema-direita.

F. A escolha do sucessor de Rui Rio na liderança da oposição é igualmente fulcral, porque o PSD pode ajudar o Governo nessa missão maior. PSD que, de resto, deve estar à direita. Ao centro, desde logo, perde eleitorado. E, sobretudo, precisamos dele como tampão para a extrema-direita, coisa que ao centro não faz.

G. A responsabilidade da comunicação social não será menor. Nestes quatro anos, os média terão de fazer um escrutínio rigoroso do comportamento das instituições e dos políticos e, ao mesmo tempo, de evitar passar a legislatura atrás das diatribes dos deputados do Chega e das audiências que estas proporcionarão. É precisa a responsabilidade que tem faltado.

H. No geral, os resultados foram bons. Eu teria preferido que não houvesse maioria absoluta. Votei PS, uma vez que o PAN e o Livre nunca conseguiriam eleger deputados nos Açores, mas agradava-me a ideia da ecogeringonça. Em todo o caso, os portugueses reforçaram o centro e a moderação – exactamente quando o resto da Europa está a reforçar os extremos.

* Escritor e membro do programa da RTP Açores Novo Normal (quartas e quintas-feiras à noite)